ATO Nº 1.506, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 53500.009964/2020-09.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ITAJUBA LTDA, CNPJ 17.858.887/0001-56, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itajubá/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 52/DNT, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Revoga Portarias.

Protocolo COMAER nº 67500.000922/2020-17

O DIRETOR DE ENSINO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II e artigo 9º, inciso V do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar as seguintes Portarias:

I. Portaria DIRENS nº 1, de 07 de janeiro de 1982. Estabelece os critérios norteadores da efetivação dos cursos especiais (COMCEM) e (COMCA), regulados pelo Aviso 013/GM3, de 10 de dezembro de 1981;

II. Portaria DIRENS nº 3, de 08 de janeiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, para o ano de 1982;

III. Portaria DIRENS nº 5, de 27 de janeiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), para 1982;

IV. Portaria DIRENS nº 6, de 27 de janeiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), para 1982;

V. Portaria DIRENS nº 7, de 04 de fevereiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica - Curso Superior de Comando (CSC);

VI. Portaria DIRENS nº 4, de 04 de fevereiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, para 1982;

VII. Portaria DIRENS nº 9, de 16 de fevereiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino da Academia da Força Aérea, para o ano de 1982;

VIII. Portaria DIRENS nº 10, de 16 de fevereiro de 1982. Aprova o Plano de Ensino do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, para o ano de 1982;

IX. Portaria DIRENS nº 4, de 14 de janeiro de 1983. Aprova as Normas Reguladoras para os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica-FAOAR (NOREG);

X. Portaria DIRENS nº 38, de 17 de maio de 1988. Altera dispositivos das Normas Reguladoras dos Cursos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (NOREG - ECEMAR), Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), Curso Superior de Comando (CSC), Curso de Estado Maior (CEM) e Curso Básico de Admissão (CBA).

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

PORTARIA CAE Nº 18/ARC, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Decreto Presidencial, de 13 de janeiro de 2020, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União nº 9, de 14 de janeiro de 2020, em conformidade com o inciso XIX, do artigo 47, do RCA 12-1/2019 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 13/CAE/2018, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa SFARZO Indústria e Comércio Confecção Ltda, inscrita no CNPJ nº 01.942.939/0001-38, nas modalidades de advertência cumulada com multa. A aplicação da sanção se faz em razão do descumprimento do prazo de entrega previsto para os fardamentos empenhados, infringindo assim, o disposto nos subitens 10.1.1 e 10.1.2 do item 10 do Termo de Referência ao Contrato nº 078/CELOG-SDAB/2017, e fundamentado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28º do Decreto nº 5.450/2005, como também na ICA 12-23/2019 e no Módulo 16 do MCA 172-3/2020.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, no site do Tesouro Nacional, usando Unidade Gestora (UG): 120195, Gestão: 0001 - Tesouro Nacional, Nome da Unidade: Centro de Aquisições Específicas, Código de Recolhimento (22053-1), no valor de R\$ 5.177,43 (cinco mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), considerando os termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a similitude da ICA 12-23/2019 e MCA 172-3/2020 do COMAER e fundamentado no Parecer Técnico nº 15/ARC/2019 e Despacho Decisório nº 1/1ABSIS-1/42497, de 06/06/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brig Int MAURO FERNANDO COSTA MARRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera a Instrução Normativa n. 28, de 11 de julho de 2017, que estabelece procedimento específico de enquadramento e seleção das propostas de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (PRÓ-TRANSPORTE).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com os arts. 29 e 30 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 28, de 11 de julho de 2017, que estabelece procedimento específico de enquadramento e seleção das propostas de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), resolve:

Art. 1º O Anexo I da Instrução Normativa n. 28, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017, Seção 1, Páginas 79 a 82, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"5. PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS

5.1.1
c) Divulgação das propostas pré-selecionadas pelo Gestor da Aplicação;

g) Divulgação da seleção final pelo Gestor da Aplicação.

5.1.3. Os proponentes devem cadastrar as cartas-consulta no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação, conforme modelo constante no Anexo III. Adicionalmente, devem ser anexados ao sistema os documentos declaratórios assinados e digitalizados, conforme modelos também disponíveis no sítio eletrônico.

5.1.4. O Agente Financeiro, de escolha do proponente e previamente habilitado pelo Agente Operador (CAIXA), realizará o enquadramento prévio da proposta, via sistema disponível no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação, a partir da verificação dos requisitos definidos no item 5.2.

5.1.5. A relação de propostas pré-selecionadas será publicada periodicamente no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação e remetida aos Agentes Financeiros

5.1.10. Em caso de limitação de recursos, o Gestor da Aplicação observará as diretrizes definidas no item 5.3, para efeito de priorização das propostas.

5.1.11.

5.1.11.1 O prazo para contratação de propostas selecionadas vigentes poderá ser prorrogado por até um ano por meio da edição de portaria específica do Gestor da Aplicação fundamentada em justificativa técnica.

5.3.3. Para fins de priorização das propostas, em caso de limitação de recursos, o Gestor da Aplicação observará as seguintes diretrizes:

8. DA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

8.1

b) Das condições estabelecidas pelo Gestor da Aplicação em Instrução Normativa específica que regulamenta o orçamento de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), quando se tratar de operações que estejam pleiteando esta fonte de recursos; e

8.2. Após a contratação, o Agente Financeiro fará o registro da operação contratada junto ao Banco Central e enviará cópia do contrato ao Gestor da Aplicação."

Art. 2º O Anexo II da Instrução Normativa n. 28, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017, Seção 1, Páginas 79 a 82, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"3.DIRETRIZES ESPECÍFICAS

3.4.1.3 As orientações e diretrizes aos municípios podem ser obtidas no Caderno Técnico para Projetos de Mobilidade Urbana - Transporte Ativo, disponibilizado no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação.

3.5.3. As orientações e diretrizes aos municípios podem ser obtidas no Caderno Técnico para Projetos de Mobilidade Urbana - Transporte Ativo, disponibilizado no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação.

3.7.4. As orientações e diretrizes aos municípios podem ser obtidas no Caderno Técnico para Projetos de Mobilidade Urbana - Sistemas de Prioridade ao Ônibus, disponibilizado no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação.

3.9.3. As orientações e diretrizes aos municípios podem ser obtidas na Cartilha Moderador de Tráfego: Medidas para humanização da cidade, disponibilizada no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação.

3.11.2. As orientações e diretrizes aos municípios para a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana podem ser obtidas no Caderno de Referência PlanMob, disponibilizado no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 16, de 10 de julho de 2018, que estabelece procedimento específico de enquadramento e seleção das propostas de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02), apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com os arts. 29 e 30 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 27, de 11 de julho de 2017, que regulamenta a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte); e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 16, de 10 de julho de 2018, que estabelece procedimento específico de enquadramento e seleção das propostas de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02), apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), resolve:

Art. 1º O Anexo I da Instrução Normativa n. 16, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2018, Seção 1, Páginas 98 a 102, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2. PARTICIPANTES DO PROGRAMA

2.1 Gestor da Aplicação - Ministério do Desenvolvimento Regional;

5. PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS

5.1.3 Os Mutuários devem cadastrar as propostas no sítio eletrônico do Gestor da Aplicação, conforme modelo constante no Anexo III. Adicionalmente, devem ser anexados ao sistema os documentos declaratórios assinados e digitalizados, conforme modelos também disponíveis no sítio eletrônico.

5.1.6 O resultado da proposta enquadrada será publicado periodicamente no